A CORRELAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA EM CRISE E DO CONSUMO EM PARALELO COM A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E OS IMPOSTOS INDIRETOS

Beatriz Vieira Muchon, Thaís Rosenbaum Bergo

Centro Universitário “Antônio Eufrásio de Toledo”, curso de Direito, Presidente Prudente, SP. E-mail: bia_muchon@hotmail.com

RESUMO

Para o fomento de qualquer setor da economia necessário se faz o alto consumo. Independentemente do setor relacionado, este cresce com a sua capacidade de gerar lucros que consequentemente gerará mais empregos. Aqueles que, no dado momento, estão empregados, tem possibilidade de consumir mais (especialmente além dos elementos básicos a sobrevivência) e assim se inicia um ciclo que garante a rotatividade e crescimento econômico. Contudo, tal relacionamento é afetado de forma direta pela forma de atuação dos impostos. O objetivo do presente artigo é demonstrar a fatídica relação entre a capacidade contributiva do indivíduo e a incidência dos impostos diretos no mercado econômico. O método utilizado foi o dedutivo. O resultado alcançado foi apresentar a influência da tributação na sociedade, concluindo-se que a capacidade contributiva interfere verticalmente no consumo social.

Palavras-chave: Capacidade contributiva. Impostos Indiretos. Economia. Mercado. Consumo.

THE ECONOMY DEVELOPMENT OF CORRELATION IN CRISIS AND CONSUMPTION IN PARALLEL WITH THE ABILITY CONTRIBUTION AND INDIRECT TAXES

ABSTRACT

For the promotion of any sector of the economy is necessary high consumption. Regardless of the related sector, this grows with its ability to generate profits which in turn will generate more jobs. Those who, at the given moment, are employed, is able to consume more (especially beyond the basic elements of survival) and so begins a cycle that ensures the turnover and economic growth. However, this relationship is affected directly by the tax acting form. The purpose of this article is to demonstrate the fateful relationship between the ability to pay of the individual and the impact of direct taxes on the economic market. The method used was deductive. The result achieved was to present the influence of taxation in society, concluding that the ability to pay vertically interfere in social consumption.

Keywords: Ability to pay. Indirect taxes. Economy. Marketplace. Consumption.

INTRODUÇÃO

É intrigante pensar em uma maneira de observar a capacidade contributiva de cada contribuinte, em detrimento à tributação direta no preço de produtos. Nesta toada, se trouxe à tona tal debate, para evidenciar aquele princípio constitucional e as exceções que comporta.

Diante de tal conflito, partiu-se do pressuposto de que a capacidade contributiva possui o escopo de apresentar, em um plano geral, a possibilidade de arrecadação tributária de determinado indivíduo. Ou seja, mediante sua situação laboral, social e política, é possível auferir a verificação da capacidade de contribuição e assim fazer incidir mais ou menos um tributo, a depender do caso concreto.

Em contrapartida, muitas vezes, como exceção a esse princípio, apresentou-se os impostos indiretos, nos quais a tributação incide diretamente no preço do produto. Considerando que, a capacidade contributiva não é avaliada, porque independentemente de quem comprar determinado produto, pagará o mesmo preço.

Reflexamente, se elucidará a questão da incidência direta na economia, que é convergente, tendo em vista a capacidade e rotatividade de compra dos indivíduos que compõem a sociedade.

Debruçar-se-á para demonstrar, de forma mais detida, tais pontos, visando, principalmente, destacar a importância da capacidade contributiva e tributação frente à economia (nacional ou local).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada constitui-se basicamente de pesquisa bibliográfica, análise da lei tributária e dos princípios constitucionais, ainda, por fim, investigação através do método dialético.

CAPACIDADE CONTRIBUTIVA

A capacidade contributiva é um princípio aplicável ao Direito Tributário, esculpido no artigo 145, §1º do Texto Magno, cujo escopo é promover a igualdade na tributação, mas que não se consubstancia em mera divisão exata das despesas públicas e, sim, na distribuição de tributos conforme a capacidade contributiva de cada cidadão.

É crível concebê-lo como uma forma de limitação do poder de tributar do Estado, em todas as suas esferas. Desta feita, a tributação deve incidir de modo a não causar prejuízo ao mínimo destinado a subsistência do indivíduo, neste diapasão pode-se afirmar que desta forma inexistiria a capacidade contributiva.

O princípio da capacidade contributiva se consolidou em 1776, na obra de Adam Smith, “A Riqueza das Nações”, impulsionado pelos ideais liberais, defendia que a contribuição para as despesas públicas deveria ocorrer de acordo com os haveres de cada indivíduo, contribuindo para a equidade de tributação.

No Brasil, desde a Constituição Imperial de 1824, em seu artigo 179, inciso XV, a capacidade contributiva é garantida aos cidadãos. Obviamente que no decorrer da história das Constituições Pátria houveram retrocessos, porém encontra-se efetivamente consagrado na Constituição Federal de 1988, *in verbis*:

Artigo 145, § 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado à administração tributária, especialmente para conferir efetividade a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte.

Segundo Regina Helena da Costa, em sua obra “Princípio da Capacidade Contributiva”, (1996, p.101), a capacidade contributiva é “a aptidão, da pessoa colocada na posição de destinatário legal tributário, numa obrigação cujo objeto é o pagamento de imposto, para suportar a carga tributária, sem perecimento da riqueza lastreadora da tributação”.

Ausente a aplicação deste princípio, ou ainda, caso o Estado exacerbe na arrecadação dos tributos, acarretaria em autêntico confisco das riquezas que os originaram, evidenciando em uma vida indigna aos contribuintes, e, paralelamente impedindo tributação em longo prazo. Tal confisco é expressamente proibido pela Constituição Federal, em seu artigo 150, inciso IV.

A capacidade contributiva deve ser obrigatoriamente aplicada no tocante aos tributos não vinculados a uma atuação do estado, ou seja, impostos, contribuições sociais e empréstimos compulsórios, quando estes detêm natureza de impostos. Todavia, é possível que no ato de majoração de outros tributos a capacidade contributiva também seja observada, porém, não de maneira obrigatória, mas de forma a concorrer para o alcance da Justiça Fiscal.

Para efetivar a capacidade contributiva há uma graduação ao tributar, conforme as individualidades de cada contribuinte. Ou seja, haverá tributos maiores, com alíquotas mais progressivas, na medida em que a base de cálculo é maior, dada a maior expressividade no aspecto econômico do indivíduo, e, reflexamente em sua capacidade financeira. Frisa-se, por força do princípio em comento há a vedação de imposição de alíquota fixa em se tratando de imposto progressivo, tanto que aquela será inconstitucional.

Diante do exposto denota-se, objetivamente, que a capacidade contributiva tem as finalidades de determinar quais as pessoas que podem pagar os tributos, estabelecer os critérios de graduação, bem como os critérios de incidência tributária mínima e máxima.

Entretanto, observando o texto do §1º do artigo 145, extrai-se a cláusula “sempre que possível”, contudo, cumpre esclarecer que ela não é mera recomendação ao alvedrio do legislador, e sim, relaciona-se com a possibilidade jurídica de incidência tributária, conforme as pessoalidades de cada contribuinte.

IMPOSTOS INDIRETOS E O CONTRIBUINTE

Na verdade o legislador somente deixará de graduar os impostos em situações que são, verdadeiramente, inviáveis, como ocorre na tributação sobre o consumo, ou seja, nos impostos indiretos. Nestes casos, quem suporta a carga tributária é, na maioria das vezes, o próprio consumidor final, uma vez que estes são repassados de forma integral aos contribuintes.

Basicamente, a forma de atuação dos impostos indiretos diz respeito à incidência nos produtos e serviços consumidos pela sociedade brasileira. Ou seja, tal tributação é cobrada dos produtores e comerciantes, mas, por isso, trará reflexos nos preços de do que é vendido ou oferecido que será majorado por causa do percentual referente ao imposto.

Como exemplo dos impostos indiretos, pode-se citar o ICMC (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) que tem sua incidência determinada na comercialização de produtos e serviços. Também o ISS (Imposto sobre Serviços) – que recai sobre a prestação de serviços no município, como educação, saúde, etc. E por fim, o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) imposto arrecadado sobre a comercialização dos produtos provenientes da indústria.

Neste diapasão pode-se entender que não é aquele que paga diretamente o imposto (produtor ou comerciante) que essencialmente suportará, em definitivo, a carga tributária. Aquilo que foi arrecadado em sede de imposto indireto será diretamente repassado ao valor do que se vende e com isso, obviamente, quanto maior a tributação, maior é o valor ofertado.

A situação fática acima exposta em muito já foi debatida pela doutrina, culminando na ideia de que existem duas categorias (neste aspecto) de contribuintes. O contribuinte de direito, que se entende pelo indivíduo indicado pela lei para pagar o imposto (ou seja, quem a lei determina a obrigação de quitação efetiva do imposto). Em contrapartida com a existência do Contribuinte de fato, representada pelo indivíduo que na realidade fática é quem suporta o ônus fiscal.

Acontece que aquele indivíduo com superior capacidade contributiva pagará o mesmo preço daquele indivíduo com capacidade contributiva muito inferior. No entanto, é passível a ideia de que, atualmente na sociedade brasileira, aqueles que se enquadram na classificação de classe média a baixa são muito superiores, em número, daqueles que pertencem à classe alta. Com isso, o consumo do mercado brasileiro eventualmente, torna-se diminuto.

INFLUÊNCIA ECONÔMICA

A baixa capacidade contributiva, relacionada à renda mensal, acaba muitas vezes por restringir o consumo àqueles produtos essenciais (comida e remédios, por exemplo). Os itens supérfluos perdem espaço na economia que estiver em crise. Consequentemente, com a diminuição do consumo, outros campos relacionados do mercado são afetados.

A produção, diante da procura, diminui. Os empregos se esgotam ou se perdem. E a sociedade permanece em crise. Ou seja, o consumo é elemento essencial para o bom desenvolver da economia, local, estatal, nacional e o consumo esta diretamente ligada com os impostos indiretos (pois aquele dita a incidência deste) que não leva em consideração a capacidade contributiva do indivíduo pertencente a aquela sociedade.

Os impostos indiretos são tributados conforme as essencialidades do produto, pois não é o preço deste que atesta a maior capacidade de contribuição do cidadão. Assim sendo, os mais necessários ostentarão alíquota menor do que os supérfluos (estes responsáveis pelo maior crescimento da economia – exacerba o mínimo e institui o “querer”, “desejar” que acomete o consumo).

Há, atualmente no Brasil, elevada carga tributária que incide (na forma de imposto indireto) de forma oculta nos bens e serviços oferecidos. Tal situação enseja a inibição do consumo que serve de obstáculo para o crescimento da economia.

CONCLUSÃO

Assim, compreendeu-se o que é capacidade contributiva e como a forma que ela se apresenta interfere diretamente nos ditames sociais. As regras e conceitos tributários também compõem a estrutura sociológica e econômica da região ou país a que incidem.

Diante do exposto, denota-se que a capacidade tributária esta intimamente ligada (de forma direta ou indireta) ao crescimento econômico de uma sociedade, seja ela exposta em forma de capacidade contributiva ou impostos indiretos.

De tal modo, frente às circunstâncias fáticas atuais, os impostos indiretos deveriam ser mais estudados, pois a influência econômica que exercem é demasiadamente forte. Sem essa análise intrínseca, as chances de crescimento financeiro e social diminuem, pois o consumo é o maior alimento de uma sociedade economicamente saudável.

REFERÊNCIAS

CARRAZZA, Roque Antonio. **Curso de direito constitucional tributário**. 11. ed., rev., ampl. e atual. São Paulo: Malheiros, 1998.

COSTA, Regina Helena. **Princípio da capacidade contributiva**. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1996.

HACK, Érick. **Princípio da capacidade contributiva: limites e critérios para o tributo**. 2014.

Disponível em:

http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revista_sjrj/article/viewFile/540/383. Acesso em: 25 de março de 2015.

Capacidade Tributária. Disponível em:

http://www.webjur.com.br/doutrina/Direito_Tribut_rio/Capacidade_Tribut_ria.htm. Acesso em 26 de março de 2015.